

PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA: COMPORTAMENTO, INTROSPECÇÃO E CONSCIÊNCIA (Psychology as science: behaviour, introspection and consciousness)

Leonardo Almada

Doutorando em Filosofia (UFRJ)

RESUMO: Neste artigo, pretendemos demonstrar que o projeto de psicologia como ciência fundamenta-se nos seguintes princípios: (i) a rejeição da introspecção enquanto método, e a subsequente tese (ii) de que o psíquico não pode ser apreendido fora da objetividade inerente à experimentação criteriosa. Decerto, o crescimento de uma psicologia calcada em descrições objetivas de estímulo e reação denota que a psicologia tradicional, baseada em dados introspectivos e, portanto, subjetivos não se conforma mais aos propósitos de um novo modelo, cuja aspiração à cientificidade não prescinde da previsão e do controle do comportamento. Trata-se, portanto, da exigência filosófica de substituição de um modelo clássico, o qual preconiza o acesso imediato à consciência, por um exemplar cuja ambição depende da especificação de conexões precisas entre estímulos e respostas. Nossa finalidade, destarte, é a de mostrar que a rejeição de pesquisas baseadas na introspecção carrega consigo a necessidade de exclusão da consciência enquanto objeto próprio da psicologia em prol da crença de que sua cientificidade depende da definição dos conceitos psicológicos, mesmo os processos interiores e não-observáveis, em termos comportamentais.

PALAVRAS-CHAVE: psicologia experimental; comportamento; introspecção; consciência.

ABSTRACT: In this paper we intend to demonstrate that the project of psychology as science is grounded in the following principles: (i) the rejection of the introspection as method and the subsequent (ii) idea that the psychic can not be apprehended away from the inherent objectivity based on the rigorous experimentation. Actually, the increase of a psychology grounded in objective descriptions of stimulus and responses denotes that traditional psychology, based on introspective and, as a result, subjective data doesn't match anymore with the proposals of a new model, whose scientific aspirations don't require both prevision and control of the behavior. It's about the philosophical exigency that implies a substitution of a classical model, which defends the access to the consciousness, for a model form whose ambition depends of a specification by precise connections among stimulus and responses. Thus, our intention is to show that the rejection of the research based on the introspection to brings the necessity of the exclusion of the consciousness as a proper psychology object in favor of the belief that its scientificity depends on the definition of the psychological concepts, even the inner and not apprehended processes, in behavior terms.

KEY-WORDS: Experimental psychology, behaviour, introspection, consciousness.

Desde o momento em que Sócrates inverteu as bases de interesse dos primeiros cultores da filosofia — os *fisiólogos* —, proclamando, por meio do preceito “Conhece-te a ti mesmo”, a proeminência filosófica do homem e dos valores que determinam sua conduta, isto é, a necessidade do conhecimento de si, se nos tornou definitivamente familiar a idéia de filosofia como “ciência do espírito”. Esta idéia de filosofia — assim concebida desde a revolução socrático-platônica, passando pelo sentido agostiniano de autoconsciência como princípio da conversão religiosa e pelo *cogito* cartesiano em toda sua plenitude — expressa o preceptório estabelecimento da exigência de consciência de si como princípio de ação e de conhecimento, isto é, como princípio da filosofia. Por isso mesmo, a exigência de conhecimento de si como problema primordial acaba por se confundir com a própria história da filosofia. Decerto, não há dúvida de que é esta mesma exigência que, constantemente reiterada, adquiriu, no âmbito do naturalismo, os contornos os quais determinam a condicionalidade histórica de nosso problema. Trata-se, no caso, da ocasião em que a exigência de consciência de si incorporou as necessidades

de uma nova era, qual seja, a retomada da originária aspiração grega de conferir um caráter racional ou científico a toda a vida humana.

De fato, se é verdade que a modernidade surge com a aspiração de formular um modelo e um método próprios para as ciências a partir de uma concepção matemático-experimental, resta que o psíquico também se tornou um objeto a ser examinado em função de um conhecimento científico, segundo os métodos das ciências da natureza. É nesse sentido que a clássica proposta de filosofia como “ciência do espírito” só se justifica, desde então, em face do sentido moderno de ciência positiva, no interior do qual o conhecimento do psíquico se deve estritamente à tarefa de quantificar os estados de consciência e de mensurar a distinção quantitativa entre eles, visando a suprimir, destarte, a significação transcendente do conhecimento de si.

Pressupostos da Psicologia Moderna: Consideração do Psíquico a Partir da Noção de “Física do Espírito”

É unânime o reconhecimento de que um dos resultados mais significativos da pretensão de filosofia como ciência estrita, desde suas origens gregas, é o advento da Revolução Científica enquanto um fato histórico cuja relevância se deve ao fato de ter acrescido uma exigência de rigor — até então desconhecida — a todas as tarefas da vida humana. Também é fora de dúvida, por outro lado, o reconhecimento de que este fruto histórico da filosofia, enquanto atividade permanente do espírito humano, condicionou uma idéia de filosofia em plena harmonia com o conceito de verdade científica, mediante a assimilação do método matemático-experimental das ciências da natureza. Nada mais natural, destarte, que tal mudança de paradigma tenha trazido consigo a idéia de que a metafísica tradicional já não se sustentava, sendo necessário, *ipso facto*, reformular as bases metodológicas sobre as quais se alicerçavam o exame das questões que desde sempre intrigaram o homem. É nesse sentido que, no âmbito da progressiva e irreversível particularização dos saberes — e sobretudo em face da euforia que o êxito das ciências naturais carregara consigo —, a exigência de consciência de si adquiriu contornos dantes desconhecidos, expressos na pretensão de assimilar as necessidades inerentes a esta nova era. De um lado, os princípios do associacionismo britânico, fiéis aos meandros do método experimental no exame da origem e natureza das idéias, e, de outro, o contexto neurofisiológico na Era do Iluminismo erigiram os alicerces a partir dos quais a idéia de psicologia como ciência venceu a crença cada vez mais convicta e irresistível quanto à possibilidade de um conhecimento positivo e seguro do psíquico e de suas determinações.

Ora, o que caracteriza a retomada da exigência de consciência de si na modernidade, sob a inspiração dos métodos da física e da química, é a exigência de introduzir no mundo psíquico a experimentação e o cálculo, e cuja preocupação, portanto, não consiste senão na idéia de medir as sensações e de determinar o equivalente mecânico da consciência. Essa orientação em psicologia, visando à possibilidade de controle e, portanto, de previsibilidade em relação aos fenômenos da consciência, não subsiste sem o recurso a procedimentos estatísticos e sem o auxílio de métodos passivos e especialmente ativos de experimentação. Com efeito, tais caracteres supõem a consideração do homem condicionado a leis rígidas cuja apreensão justifica o início da psicologia como ciência estrita, o que aponta para a idéia de que o homem pode ser objeto de estudo científico na mesma medida em que seus estados de consciência podem ser mensurados, quantificados e descritos objetivamente. Nesse sentido, esta orientação remonta, diretamente, para a moderna introdução da idéia mecanicista de homem-máquina — desenvolvida com vigor por Julien Offray de La Mettrie (1709-1751) — consoante a qual o homem é essencialmente uma máquina; tendo, por isso, mente e corpo dependentes de eventos físicos, de onde resultou o que anunciamos, a saber: pode o homem ser objeto de estudo científico por constituir um sistema orgânico previsível e, enquanto tal, investigável.

Ora, desde que as idéias mecanicistas de homem foram levantadas, no âmbito da discussão inerente às relações mente-corpo, temos as origens do estabelecimento formal de um campo de saber próprio, a psicologia como ciência, tendo por herança principal a tese de que o comportamento humano está sujeito a leis inexoráveis. O que se seguiu daí, com efeito, foi o soerguimento da orientação cujas diretrizes axiais giravam em torno à tese de que a finalidade própria da psicologia consiste em proporcionar uma explicação objetiva, factual e empírica da consciência e de suas determinações. Tal tendência, contemporaneamente desenvolvida às últimas conseqüências pelos autores que se incluem entre os genericamente designados por 'behavioristas', supõe a idéia de psicologia enquanto uma ciência a qual, aspirando a compreender os estados ou processos mentais complexos, defende o seguinte princípio: a exigência de análise dos estados mentais complexos requer uma circunscrição epistemológica aos simples elementos que os constituem, por serem os estados mentais o resultado de uma construção a partir dos elementos constituintes que são dados. Trata-se, em outros termos, da exigência matemático-experimental de análise, isto é, da necessidade de decompor as distintas variáveis de uma situação complexa, sem a qual nenhuma ciência experimental pode ser concebida. Nesse sentido, a psicologia é um campo de saber o qual não pode renunciar à necessidade de controle e, portanto, de previsão, o que tanto diz respeito a eventos futuros quanto às causas ou razões que engendram um evento psíquico qualquer. Com efeito, é conhecida a tendência a qual, em vista da redução da psicologia a análises de comportamento, a supõe enquanto uma ciência que aponta em exclusivo para a consciência concebida apenas enquanto fenômeno. Ao defenderem, no concernente às relações mente-corpo, a concepção na qual se verifica uma solidariedade entre o físico e o psíquico ou uma dependência observável do mental em relação ao cerebral, os psicólogos modernos foram levados a conceber a suposta autonomia da consciência como um mero reflexo do desenrolar de estados cerebrais.

É bastante comum, no âmbito da história da psicologia moderna, atribuir a Wilhelm Wundt (1832-1920), junto a Franz Brentano, o posto de fundador formal da idéia de psicologia como ciência, o que se justifica por de fato ter sistematizado e fundado um ideal bem definido da noção de psicologia experimental. Com efeito, em nenhum lugar antes de Wundt se encontrara tão bem expressas as diretrizes de um "novo domínio da ciência" como em sua obra *Principles of Physiological Psychology* (traduzida por Titchener em 1904). Sabe-se, todavia, que a proposta de uma psicologia científica já se verifica, ainda que modo incipiente, em John Stuart Mill (1806-1873), o qual, um pouco antes de Wundt, e de maneira bem menos sistemática, assimilara os princípios do associacionismo britânico para defender o papel ativo da mente no processo de síntese das experiências, defendendo, para tanto, que as idéias complexas não são apenas o resultado da combinação passiva de elementos. É do associacionista fisiológico David Hartley (1705-1757) que Mill retira boa parte de seus princípios, cuja importância se deve ao fato de nos ter fornecido uma descrição contundente e vigorosa de como a associação de idéias poderia ser o princípio e o guia de uma teoria da estrutura e do funcionamento da mente humana, além de também tentar descrever os correlatos neurológicos da atividade mental. Influenciado principalmente por John Locke, Isaac Newton e por seu contemporâneo David Hume, Hartley concebia o psíquico como dependente da realidade física, o que se expressa no momento em que analisa fisicamente a atividade cerebral, e que defende, neste espírito, que as idéias e imagens derivam exclusivamente de ações vibratórias no sistema nervoso. Retomando a concepção de Locke e de Hume acerca da associação de idéias, bem como a sugestão de Newton consoante a qual toda matéria pode ser conceitualizada como partículas que vibram no espaço, Hartley, reinterpretando-as, afirmou que são as vibrações mais intensas o que os modernos chamam de sensações e que as idéias, por sua vez, nada mais são que as vibrações menos intensas. Também um pouco antes de Wundt, o "fundador acidental da psicofísica" Gustav Fechner (1801-1889), por meio de seu esforço em adotar a psicofísica como solução para derrubar o materialismo no que concerne ao problema das relações mente-corpo — involuntariamente promoveu um programa de pesquisa e um conjunto de métodos norteados pelo seguinte princípio: os fenômenos psicológicos podem ser objetos de

análise criteriosa, sob uma metodologia estritamente científica. De acordo com Farias Brito (2006), todavia, não obstante Fechner encerrar a psicologia aos precisos limites da experimentação e do cálculo, sua concepção fundamental de fenomenalidade psíquica se liga à sua concepção de mundo, o qual, em seu conjunto, encerra a mesma dualidade, isto é, o mesmo paralelismo que se verifica no próprio homem. Ora, o psiquismo com o qual lida a psicofísica não se vincula mais ao conceito de alma que remonta aos gregos, e tampouco ao dualismo cartesiano, para os quais era possível a concepção do psíquico em sua especificidade, isto é, separado do corpo. O psiquismo com o qual lida a psicofísica estabelece uma ciência das relações entre a alma e o corpo, em vista da determinação de um tipo de comunicação fixada entre espírito e matéria. Contra o dualismo, Fechner demonstra que espírito e matéria, longe de constituírem duas dimensões distintas, representam, em verdade, dois aspectos distintos, conquanto inseparáveis, de uma só e mesma coisa. Eis as bases mais precisas do assim designado paralelismo psicofísico. Com efeito, o organismo humano, encerrado, enquanto tal, no interior de um corpo e de uma alma, constitui um caso particular do paralelismo universal, sendo exatamente este o objeto da psicofísica, para o qual Fechner propõe um estudo sob a égide dos rigorosos métodos da ciência (Farias Brito 2006, VIII, §55). Ora, é a medida das sensações o objeto das cogitações de Fechner, isto é, da psicofísica. É neste mesmo sentido que Henri Bergson dirá que sob a força de tal orientação, os psicofísicos — desejosos de quantificar os estados de consciência e de mensurar a distinção quantitativa entre eles em vista da análise — crêem que os estados de consciência, sensações, sentimentos, paixões e esforços são suscetíveis de crescer ou de diminuir: “há até os que defendem que uma sensação se pode dizer duas, três, quatro vezes mais intensa que outra da mesma natureza” (Bergson 1998, I, p.11). Com efeito, se esta medida dos estados internos só pode ser empreendida indiretamente, é preciso diagnosticar algum elemento que para tal medida sirva de intermediário ou meio indireto: no caso, a excitação. Qual é, pois, a finalidade da psicofísica? Descobrir um meio ou método rigoroso para avaliar com precisão as variações ou gradações das sensações, em plena correspondência com as variações das excitações que as provoca. Fechner, diante deste quadro, concluiu ter finalmente descoberto as leis fundamentais da psicofísica, crendo, destarte, ter fundado uma psicologia verdadeiramente científica, análoga, enquanto tal, à física e à química, e baseada nos mesmos processos que justificam a validade epistemológica destas ciências, a saber: a observação experimental e o cálculo matemático.

É de acordo com essa mesma perspectiva que se encontra a teoria do reflexo condicionado do fisiologista Pavlov¹¹ (1849-1936) e o conexionismo de Thorndike (1874-1949), o qual, nutrindo os mesmos interesses de Pavlov quanto às especificidades da aprendizagem animal, ampliou as diretrizes do associacionismo, baseando todo seu estudo acerca do comportamento humano em função da mesma psicologia sistemática de estímulo-reação que caracteriza o estudo do comportamento animal. Consoante Thorndike, todos os comportamentos humanos são quantificáveis, pois, se algo existe, deve existir em certa quantidade; e se algo existe em certa quantidade, é porque pode, portanto, ser medido. No compasso do naturalismo, a psicologia de Thorndike pautava-se estritamente pela busca de dados objetivos e, portanto, mensuráveis, sobretudo no que concerne ao comportamento humano. Paralelamente, e no contexto dos avanços epistemológicos quanto à fisiologia sensorial — mais precisamente a partir do momento em que os cientistas se debruçaram sobre a natureza do cérebro em vista do problema da localização — surge uma das maiores inspirações da psicologia experimental, a frenologia (ou cranioscopia) de Josef Gall (1758-1828). Trata-se, neste caso, da orientação cuja finalidade consiste na pretensão de interpretar fisiologicamente a clássica teoria das faculdades da alma, concebendo como meras funções cerebrais localizadas, para tanto, as faculdades as quais anteriormente eram consideradas como forças ou energias inerentes a uma substância espiritual. Nesse sentido, se a verdadeira sede das faculdades da alma não está senão no cérebro, as diferentes disposições e tendências de cada indivíduo são depreendidas, em conseqüência, de determinadas bossas, protuberâncias e depressões que se verificam no crânio. Em resumo: tudo o que há de importante sobre uma pessoa pode ser conhecido por intermédio de simples exame de

seu crânio, pois o formato do crânio corresponde mais ou menos ao do cérebro e, por isso, a intensidade de várias faculdades pode ser inferida pela forma do crânio.

Foram especialmente essas participações que, conjuntamente, contribuíram para que o herdeiro direto das conquistas da psicologia experimental, Wundt², proclamasse a idéia de que a psicologia deveria tomar de empréstimo os métodos desenvolvidos nos laboratórios de fisiologia experimental em vista do exame científico da ‘experiência consciente humana’, com o qual anunciaria um “novo domínio para a ciência”. Na esfera do contexto neurológico inerente ao século XIX, essa nascente idéia de psicologia, apoiada nas descobertas e no modo de operação da fisiologia experimental, é a um só tempo o resultado da inspiração de Fechner e de uma virada de rumo em relação a seu professor. Por um lado, a ascendência de Fechner foi decisiva em Wundt quanto à assimilação dos métodos experimentais na análise da fenomenalidade psíquica. Por outro lado, todavia, Fechner, enquanto físico, aplicava à psicologia os métodos da física, resultando daí a psicofísica, enquanto Wundt erigiu, enquanto fisiologista, as bases para uma psicologia fisiológica ou uma psicofisiologia. Wundt, conforme Farias Brito, tornou-se inevitavelmente o maior expoente de uma psicologia sem alma, pois só a concebe enquanto síntese dos fenômenos, o que não faz dele, todavia, um materialista. Mas, se Wundt não se refere de modo explícito à tese epifenomenista, também não admite qualquer espécie de substrato a que possamos dar o nome de substância, já que o fato elementar da psicofisiologia é decerto a sensação, mediante a qual se propõe explicar, com os associacionistas ingleses, todas as manifestações superiores do espírito, resultantes, enquanto tal, das leis inexoráveis da associação.

Ora, dois eram os programas a que se destinava a inédita obra de Wundt: (i) o exame da experiência consciente “imediate”, mediante o recurso a métodos experimentais de laboratório, e (ii) o estudo de processos mentais superiores, para o qual não era preciso métodos de laboratório. Para tanto, este novo domínio da ciência constitui uma superação das duas definições que até então nortearam todas as definições de psicologia: tanto a que define (i) psicologia como “ciência da alma” quanto a que define (ii) psicologia como “ciência da experiência interna”. Esta nova definição filosófica de psicologia, destarte, se propõe superar a (i) clássica concepção de psicologia que define o processo psíquico como um fenômeno o qual conduz à existência de uma substância metafísica, a alma. Por outro lado, também se propõe superar a (ii) tese que define o processo psíquico como parte de uma ordem especial da experiência, sendo seu objeto depreendido da introspecção ou do sentido interno. Nesse sentido, a perspectiva de Wundt se opõe àquelas que tentaram estabelecer uma ciência da experiência mental em termos de especulação sobre a idéia de uma “substância pensante”. Os psicólogos metafísicos, decerto, equivocam-se na medida em que apenas de modo supérfluo buscam fazer referências ao organismo físico: “supõem que nada mais é requerido para ciência da mente que a direta apreensão dos processos conscientes por eles mesmos” (Wundt 1904, §1). É o método introspectivo, portanto, o que cria a dissensão a partir do qual Wundt cunha o termo “psicologia fisiológica” enquanto uma oposição frontal à idéia de que todo tratamento da psicologia é baseado sobre a simples auto-observação ou sobre pressupostos filosóficos. Daí o interesse de Wundt em empregar a fisiologia à serviço da psicologia, seguindo, para tanto, o próprio exemplo da fisiologia, que jamais despreza os fatos originariamente pertencentes à psicologia, ainda que tal tarefa seja comumente dificultada pelos inúmeros defeitos da psicologia empírica ou metafísica correntes. Isso não significa que Wundt, com o materialismo, defenda que só exista a fisiologia como ciência dos organismos vivos, e que a psicologia fisiológica seja parte integrante da fisiologia. De acordo com Comte e com o materialismo, esta ciência, a fisiologia, se refere apenas às funções de um órgão particular, sendo a assim designada teoria positiva das funções afetivas e intelectuais.

Wundt, distintamente, faz da fisiologia e da psicologia ciências distintas, cada qual com seu domínio próprio. A fisiologia é a ciência do organismo por seu aspecto externo, e a psicologia a ciência do organismo por seu órgão interno. A psicologia fisiológica, por sua vez, é uma psicologia, porém intermediária entre a psicologia classicamente concebida e a fisiologia. Afinal,

seu principal objeto — essencialmente diferente dos objetos de todas as outras formas de psicologia e de fisiologia — é apreendido da investigação dos processos conscientes a partir da conexão peculiar entre eles, em função dos contatos e fusões entre estados internos e agentes externos. Ora, se na psicologia o homem observa-se do interior com o intuito de compreender o encadeamento dos fatos, é certo que nossa vida interna e nossa vida externa apresentam inúmeros pontos de contato. De fato, a experiência interna é reiteradamente influenciada por agentes externos, e não raro nossos estados internos exercem notável ascendência sobre a evolução do fato externo. Forma-se, assim, um círculo de fenômenos biológicos os quais são, em simultâneo, acessíveis à observação externa e à observação interna. Trata-se de um domínio limítrofe que só se justifica na esfera de uma ciência intermediária entre a psicologia e a fisiologia, pelo menos enquanto estiverem separadas uma da outra. Sem dúvida, uma ciência que tem pontos de contato entre a vida interna e externa está, por natureza, obrigada, tanto quanto possível, a comparar o conjunto dos dados fornecidos pelos dois campos de saber. Tal é a razão porque nem a psicologia metafísica nem a psicologia empírica são capazes de responder ao estado presente deste “novo domínio para a ciência”:

A primeira, a definição metafísica, corresponde a um estado que na psicologia tem uma duração maior que o outro campo de saber. Mas, ainda que a psicologia o tenha finalmente superado desde que se revelou uma ciência empírica, com método próprio, a ‘ciência do espírito’ permanece aspirando a constituir um grande campo científico em contraposição à ciência da natureza, fazendo da sua base geral uma psicologia autônoma, independente de toda teoria metafísica [...]. A segunda definição, a empírica, a qual vê na psicologia uma ‘ciência da experiência interna’, é insuficiente, porque faz nascer o equívoco que a psicologia tem de ocupar-se dos objetos os quais são diversos daqueles da experiência externa (WUNDT 1900, p. 13).

A questão central desta ciência, com efeito, é a seguinte: qual a conexão mútua da existência interna e externa em seu princípio último e fundamental? Ora, se a psicologia e a fisiologia podem se esquivar desta questão, o mesmo não pode ocorrer com a psicologia fisiológica, já que:

Fisiologia e psicologia têm muitos pontos de contato. Em geral, podemos não ter dúvidas de que seus problemas são distintos. Mas a psicologia é chamada a seguir as relações que obtém entre processos conscientes e certos fenômenos da vida física; a fisiologia, por sua vez, não pode se dar ao luxo de negligenciar os conteúdos conscientes que certos fenômenos da vida corpórea se nos manifestam (WUNDT 1904, §1).

É nesse sentido que a psicologia fisiológica não é um mero ramo da fisiologia, mas emprega seus pressupostos na análise da mente, assumindo por método a observação externa e interna: “tendo o uso do método experimental sua origem na maneira experimental usada da fisiologia, e especialmente da fisiologia dos órgãos dos sentidos e do sistema nervoso, a psicologia experimental é também ‘psicologia fisiológica’” (WUNDT 1900, §3, p. 21). Se, portanto, fica reconhecido o abismo que separa psicologia de fisiologia, é bem verdade, outrossim, que à psicologia fisiológica compete resolver a um só tempo o problema fisiológico e o problema psíquico, isto é, a conexão mútua entre a existência interna e a existência externa. Mas, diferentemente dos materialistas, Wundt se apóia no paralelismo psicofísico no sentido de conceber um princípio superior que sirva de explicação para as existências externas e internas, concebendo-as, para tanto, como duas faces opostas, porém inseparáveis. Daí que as finalidades da psicofisiologia são as seguintes: (i) dar conta dos fenômenos biológicos situados entre a experiência interna e externa, sendo, portanto, necessário a aplicação dos métodos de observação externa e interna; (ii) recorrer a esta observação para esclarecer o conjunto dos fenômenos biológicos, para dar conta do homem como um todo (*ib.*, p. 21). A realização desta tarefa, no caso, compreender a face interna da existência, não prescinde dos fenômenos fisiológicos. A psicologia fisiológica, em busca da explicação dos fenômenos psíquicos elementares, parte dos

fenômenos fisiológicos correlatos a estes fenômenos psíquicos. Contra a psicologia introspectiva, a psicologia fisiológica não parte do “teatro da observação interna”, mas aí penetra partindo de fora (*ib.*, p.21). Contra o uso clássico do método introspectivo, Wundt concebe o objeto da psicologia como a experiência geral em sua natureza imediata, não podendo, portanto, servir-se de outro método que não o das ciências naturais. É a ciência natural que deve servir de exemplo à psicologia, tanto no que concerne à primazia do experimento quanto da observação: “o experimento consiste em uma observação, na qual o fenômeno da observação nasce e se desdobra por obra voluntária do observador. A observação em sentido estrito estuda o fenômeno sem a intervenção do experimentador, mas assim como se apresenta ao observador na continuidade da experiência” (*ib.*, p. 21). Tal é a razão porque Wundt acredita no recurso ao mecanismo mais eficaz de explicação da natureza, o método experimental, já que a essência da experimentação consiste em modificar as condições factuais, imprimindo a elas uma alteração quantitativamente determinável. Assim sendo, fica justificado como se obtém o conhecimento das relações constantes entre as causas e efeitos, o que só é possível no âmbito das condições físicas externas dos fenômenos internos. Os fenômenos internos, portanto, são acessíveis a uma determinação direta de medida e, portanto, é por meio da observação das condições externas que, experimentalmente, poderemos estudar o elemento interno da existência. É claro, portanto, que a psicologia, não menos que as ciências naturais, dispõem exatamente de dois métodos: o primeiro, o método experimental, serve à análise dos processos psíquicos mais simples; o segundo, a observação do mais geral produto do espírito, serve ao estudo dos mais altos processos e desenvolvimentos psíquicos (*ib.*, p.21).

A psicofisiologia, assim, encontrou em seu fundador o estabelecimento do seguinte princípio: embora nada justifique a tese de que uma ciência da mente possa se estabelecer mediante a introspecção ou ainda por meio da análise das investigações físicas do cérebro — como presumiam os materialistas — o estudo experimental da psicologia é de fato o único mecanismo possível de análise da mente. Concordando com o princípio segundo o qual o estudo da mente deve ser uma ‘ciência da experiência’, princípio também defendido pela fenomenologia, Wundt venceu a idéia consoante a qual somente os fenômenos mentais diretamente acessíveis às influências físicas podem configurar um real objeto de experimento:

O experimento é que tem sido a fonte de decidido avanço na ciência natural e foi ele que provocou tamanha revolução em nossas concepções científicas. Apliquemos agora o experimento à ciência da mente. Devemos lembrar que, em todos os departamentos da investigação, o método experimental assume uma forma especial, de acordo com a natureza dos fatos investigados. Em psicologia, verificamos que somente aqueles fenômenos mentais que são diretamente acessíveis às influências físicas podem se tornar objeto de experimento. Não podemos experimentar sobre a mente em si mas tão só sobre suas extensões físicas, os órgãos dos sentidos e do movimento que estão funcionalmente relacionados com os processos mentais (WUNDT 1894, p. 10).

De fato, se é impossível um experimento sobre a mente em si, resta afirmar a possibilidade de um experimento o qual tenha em vista suas extensões físicas, bem como os órgãos dos sentidos e do movimento os quais, no que tange a suas funções, relacionam-se diretamente com os processos mentais. Desse modo, por mais que defendesse a possibilidade da experiência imediata e, assim, de um determinado sentido de introspecção, Wundt sustenta que a auto-observação só pode ocorrer mediante a observação controlada do conteúdo da consciência, o que significa, em condições experimentais, haja vista que a não-experimental é inócua — por ausência de sistematicidade — para fins científicos³.

De fato, a assimilação da orientação kantiana fez com que a antiga significação da consciência de si tenha sido gradativamente substituída por um sentido de *eu* fenomenal. Nesse sentido, ficou aberta a possibilidade de uma “ciência da alma” em consonância com o método matemático-experimental das ciências naturais, já que o objeto próprio da psicologia “desceu do

céu transcendente da metafísica para o solo fenomenal da ciência” (Gomes 2005, p. 107). Daí que Wundt foi levado a frisar, em sintonia com Kant e sua exclusão de uma psicologia racional, que o objeto observado tem de ser independente do observador, razão pela qual nada justifica um conhecimento imediato de si mesmo:

Toda a observação exata implica que o objeto de observação (nesse caso, o processo psíquico) pode ser firmemente fixado pela atenção e que as mudanças que nele se produzem podem ser atentamente acompanhadas. E essa fixação por intermédio da atenção implica, por sua vez, que o objeto observado tem de ser independente do observador. Ora, é evidente que a independência requerida não pode obter-se em qualquer tentativa de auto-observação direta, sem a ajuda da experimentação. O esforço de auto-observação introduz, inevitavelmente, alterações no curso dos acontecimentos mentais — alterações que poderiam não ter ocorrido sem isso — e cuja ocorrência usual é o desaparecimento da consciência daquele processo que se pretendia observar (WUNDT 1904, p. 45).

E é aí, com efeito, que se origina a enunciação dos princípios básicos da psicologia experimental: (i) a rejeição da introspecção enquanto método, e a (ii) subsequente tese de que o psíquico não pode ser apreendido fora da sistematicidade inerente à experimentação criteriosa: “em primeiro lugar, o método experimental gera as condições externas propícias à produção de um determinado processo mental, num momento dado. Em segundo lugar, permite ao observador tal domínio da situação geral que o estado de consciência concomitante desse processo mantém-se quase sem mudanças” (*ib.*, p. 45).

Consolidação Definitiva da Psicologia Experimental: A Supressão do Método Introspectivo no Modelo Comportamental do Behaviorismo

Sem dúvida alguma, a posição mais marcante quanto à enunciação dos princípios básicos da psicologia experimental é a assumida pelo behaviorismo, em suas diversas facetas. Tal orientação, cuja origem se confunde com a formulação de técnicas de laboratório acompanhada de uma crítica do método, rapidamente avançou e, em pouco tempo, tornou-se um prestigiado sistema de psicologia, sobretudo pelo modo como reverberou sua ênfase na importância dos métodos objetivos e sua sedutora interpretação fisiológica. Com efeito, se até então, conforme os behavioristas, a identidade entre psicologia e filosofia não havia sido claramente diluída, as diretrizes básicas deste movimento em tudo concorreu para consolidar definitivamente a psicologia experimental como um ramo da ciência natural, afastada tanto da filosofia quanto do passado da psicologia sob a égide do método introspectivo. Trata-se, neste caso, da premente necessidade de assimilar objeto e métodos que legitimem a positividade do saber psicológico e que definitivamente realizem sua aspiração de ciência estrita. Sendo primariamente experimentalistas, os behavioristas acreditam que muitos dos supostos problemas da filosofia se resolvem, desde que adequadamente concebidos, no laboratório, motivo pelo qual incorporaram técnicas e princípios da psicologia animal. A preocupação dos behavioristas quanto ao significado epistemológico dos problemas notadamente experimentais se deve à necessidade de confrontar a inconsistência teórica e metodológica de certas doutrinas, sobretudo as que privilegiam o estatuto ontológico da consciência e o método introspectivo. Eis a razão pela qual o behaviorismo, no compasso da destituição quanto à significação transcendente da consciência de si, estabelece como objeto da psicologia a descrição e explicação do comportamento, assim concebidos em termos da verificável psicoquímica inerente à atividade corporal. A psicologia é, portanto, a divisão da ciência que, em lugar da consciência, toma os dados do comportamento humano como objeto de estudo, isto é, as ações e as verbalizações, tanto as aprendidas como as não-aprendidas.

De acordo com alguns psicólogos objetivistas, os fatos da experiência consciente existem e são capazes de um tratamento distinto do comportamento, mas não são de interesse para a pesquisa da psicologia. Por considerarem os fatos da experiência consciente inócuos para seus propósitos, relegam tais elementos aos “cuidados misericordiosos” dos psicólogos introspectivos ou filósofos. Trata-se, no caso, do paralelismo psicofísico com ênfase sobre o físico. Esta é a perspectiva de Bechterew e de outros objetivistas mais remotos. De acordo com outros, os fatos da experiência consciente existem, mas são inadequados *per se* para qualquer forma de tratamento científico, por falta de eficácia causal. Trata-se, neste caso, da mais comum formulação da posição behaviorista, como é, por exemplo, a dos primeiros escritos do fundador do modelo comportamental, John B. Watson (1878-1958). Embora Watson aceite a realidade dos processos conscientes, eles são concebidos somente como epifenômenos, no sentido de que a consciência — o conjunto de nossas imagens, sensações e afetos — constitui uma experiência puramente pessoal, não tendo, dessarte, nenhuma validade científica, a não ser quando expressa alguma forma de comportamento, como a fala ou outra forma de representação. Diante do dilema de aceitar a hipótese de que os fatos da consciência existem embora não possam ser trabalhados pelos instrumentos científicos, o behaviorismo é gradativamente levado a negar a existência de correlatos conscientes para informações introspectivas. Tal é a razão pela qual se diz que “as duas doutrinas mais radicais colocadas pelos behavioristas são, em primeiro, que a consciência não existe, e em segundo, que a psicologia deve abandonar totalmente o método introspectivo” (Washburn 1922, p. 89). Ora, enquanto os fatos físicos do comportamento são suficientes, os correlatos “mentais” desses mesmos fatos são irrelevantes e não possuem nenhuma idoneidade:

Haverá espaço para a psicologia no mundo da pura física, para usar o termo de Yerk? Confesso que não sei. Os planos que eu mais apoiei para a psicologia praticamente me conduziram a ignorar a consciência no sentido que o termo é usado pelos psicólogos de hoje. Tenho virtualmente negado que este setor do psíquico seja aberto à investigação experimental. E não desejo ir mais longe até o problema no presente, porque isso conduz inevitavelmente até a metafísica. Se eu admitir ao behaviorismo o uso certo do termo consciência no mesmo caminho que outros cientistas naturais empregam — isto é, sem fazer da consciência um especial objeto de investigação — você terá que admitir tudo que minha tese requer (WATSON 1913).

De fato, se o behaviorismo denominado metodológico em verdade admite os fatos da consciência enquanto fatos, ele todavia não pode tratar deles no âmbito de seu sistema, isto é, sob a égide do modelo de causação física. Por isso, se não negam a existência de estados mentais, os ignoram: “o behaviorista os ‘ignora’ no mesmo sentido que o químico ignora alquimia, astronomia, horóscopo, telepatia psicológica e manifestações psíquicas”. Sem dúvida, os fatos da consciência “não dizem respeito ao behaviorista por estarem tão separados da circunscrição de sua ciência” (Lashley 1923, p. 239). Daí Watson rejeitar a idéia de que é possível erigir um modelo realmente capaz de realizar uma ciência pura do psíquico. Afinal, a pressuposição de uma “ciência do espírito” cujo objeto seja o psíquico em sua especificidade, o que quer dizer, em separado do corpo, é inválida, já que nada nos autoriza pensar na legitimidade científica de fatos puros da consciência enquanto objeto da psicologia, uma vez que, ademais, não há nenhuma distinção real entre mente e comportamento. O behaviorismo não faz nenhuma concessão ao dualismo psicológico, e afirma, em seu lugar, a ciência do psíquico de acordo com os dados e métodos da física, da biologia e da psicologia científica⁴. Consoante a perspectiva comportamental, os conceitos das ciências físicas e biológicas são adequados e suficientes para dar conta da descrição e explicação da totalidade da experiência e, outrossim, não há evidências empíricas adequadas para distinção dos modos de existência mental e física, isto é, entre a consciência e os aspectos da experiência. O problema das relações mente-corpo, diante deste quadro, é o problema da aplicabilidade de certos postulados e métodos descritivos para específicos dados do comportamento, isto é, para os tradicionalmente chamados atributos ou elementos da

consciência. Daí não podermos, de acordo com Watson, tratar como uma questão filosófica a controvérsia a qual separa dualistas e behavioristas, já que sua resposta deve se dar estritamente à luz das evidências empíricas, proporcionadas pelo estudo psicológico sob a égide dos postulados e métodos das ciências naturais.

É o recurso behaviorista ao princípio da economia o que exclui a consciência, sob a alegação de ser não necessária para a explicação do comportamento. Por outro lado, o behaviorismo se propõe demonstrar que a histórica da evolução e da superstição comprova que a crença no *eu* surgiu em função de determinadas circunstâncias historicamente datadas. Outro enunciado básico do behaviorismo consiste no ataque frontal ao método introspectivo sob o argumento de que a introspecção não é um mecanismo acurado e verificável, revelando assim uma inadmissível variabilidade e inconsistência na assimilação e relação recíproca dos dados que, em princípio, deveriam ser capazes de propiciar algum conhecimento positivo do psíquico e de suas determinações.

Segundo Watson, a concepção behaviorista de psicologia a torna, em seu caráter objetivo e experimental, “uma sucursal da psicologia experimental”, tendo por objetivo “a predicação e controle da mente”, e não estabelecendo, por isso mesmo, quaisquer linhas divisórias entre o homem e o animal⁵. A esperança de conhecimento da consciência é, pois, uma ilusão, e o método introspectivo, *ipso facto*, totalmente inviabilizado em função da impossibilidade de lidar com qualquer conteúdo experimental. Por essa razão, a introspecção, sobretudo por sua ausência de valor científico, não constitui parte integrante do método de análise, e, ainda que o comportamento humano tenha “seu refinamento e complexidade”, ele forma “apenas uma parte do campo de investigação dos behavioristas”: trata-se, portanto, da rejeição da idéia de que a psicologia é a ciência dos fenômenos da consciência.

Ora, do mesmo modo que o mundo dos objetos físicos forma, para o cientista natural, o conjunto de todos os fenômenos que podem ser conhecidos, no referente à consciência, pois, cabe ao cientista do psíquico formular um saber que repouse sobretudo nas produções comportamentais dignas de “inspeção, observação e verificação”. Nesse sentido, quando o psicólogo, por exemplo, se propõe analisar uma emoção, o seu objeto psicológico não é o estado mental em si, mas a reverberação material por meio da qual advém a possibilidade de formulação de leis gerais a partir da análise de determinados estímulos geradores de respostas⁶. Daí a crença de que os estados mentais devem ser manipulados objetivamente para a consecução cabal dos propósitos da psicologia, e de que, portanto, a introspecção, enquanto fornecedora de sentido dos estados mentais, não tem valor por si: ao que parece, “é chegada a hora de a psicologia descartar toda e qualquer referência à consciência; de deixar de se iludir pensando que está fazendo de estados mentais o objeto da observação” (Watson 1904). Os propósitos do behaviorismo, afinal, consistem em (i) prever a resposta sendo conhecido o estímulo, e prever (pós-ver) o estímulo conhecendo a resposta. O comportamento, mostra Watson, é o resultado de elementos de respostas, podendo, assim, ser cuidadosamente analisado sem que, para tanto, seja necessário o recurso a qualquer instrumento especulativo. Por outro lado, o comportamento é composto inteiramente de secreções glandulares e movimentos musculares, sendo, deste modo, redutível a processos físico-químicos. É fácil, portanto, relacionar uma resposta imediata a um estímulo eficaz, já que toda resposta se justifica a partir de alguma espécie de estímulo. Por isso mesmo, verifica-se no comportamento um rigoroso determinismo de causa e efeito, de onde se conclui que toda e qualquer alegação sobre a consciência não é senão a intrusão de certas tendências sobrenaturais remanescentes das fases teológicas e pré-científicas da psicologia.

Decerto, a exigência de controle da natureza, enunciada no âmbito da filosofia moderna desde Francis Bacon, e o crescimento de uma psicologia calcada em descrições objetivas de estímulo e reação denotam que a psicologia tradicional, baseada em dados introspectivos e, portanto, subjetivos não se conforma mais aos propósitos de um novo modelo, cuja aspiração à cientificidade não prescinde da previsão e do controle do comportamento. Reside aí a crença na possibilidade, anunciada por Watson na segunda parte do manifesto behaviorista, de a psicologia

experimental, por meio de seus procedimentos, promover aplicações práticas as quais seriam capazes de afetar positivamente a vida das pessoas. Daí afirmar que o psicólogo introspectivo, ou “puro”, ao proclamar sua falta de compromisso com o sentido prático das questões e resultados notadamente científicos, denota duas características subseqüentes entre si: em primeiro, “não compreende o objetivo científico” desses problemas que interessam à psicologia experimental e, por isso mesmo, “não está interessado em uma psicologia que se preocupe com a vida humana” (*ib.*).

A exigência filosófica e prática de substituição de um modelo clássico — o qual preconiza o acesso imediato à consciência — por um exemplar cuja ambição depende da especificação de conexões precisas entre estímulos e respostas, denota a necessidade de reordenar a psicologia em geral,

Tornando o comportamento, e não a consciência, o ponto objetivo do nosso ataque. Certamente, há problemas suficientes no controle do comportamento para manter-nos trabalhando por muitas gerações sem jamais ter tempo de pensar na consciência [...]. Uma vez lançados à empresa, em pouco tempo nos veremos tão divorciados da psicologia introspectiva quanto a psicologia de hoje o é da psicologia das faculdades (*ib.*).

A crítica de Watson à psicologia introspectiva, com efeito, gerou uma conseqüência em especial que viria a marcar de modo irreversível o cenário da psicologia contemporânea, a saber: uma gradativa passagem da psicologia como o estudo da ‘experiência consciente humana imediata’, aos moldes de Wundt, para uma idéia de psicologia como o estudo do comportamento. Com efeito, ao substituir o relato introspectivo pelo estudo do comportamento observável e mensurável a dependente variável, Watson estabeleceu um solo firme para ciência, tornando-se, destarte, a grande inspiração Skinner (1904-1990), o grande expoente do behaviorismo no século XX.

Skinner, nomeadamente um behaviorismo radical exatamente por reduzir a mente a funções fisiológicas, proclamou a cientificidade da psicologia a partir da consolidação de um método capaz de dar conta dos únicos objetivos legitimamente atribuídos a ela. Tradicionalmente, confunde-se behaviorismo radical com o monismo físico, já que concebe o “mental” como uma descrição do modo como os eventos físicos funcionam, resultando daí que não podemos atribuir nenhuma existência independente ou particular à consciência. Eis o espírito que justifica a razão pela qual Skinner, no compasso de Watson, substitui o relato introspectivo pela defesa da “análise experimental do comportamento”, ou seja, a descrição completa dos comportamentos e dos ambientes em que eles se verificam, enquanto o método propiciador da previsão e controle do comportamento, próprios ao espírito de ciência estrita. Segundo Skinner, com efeito, a retomada da atenção para os antecedentes genéticos e ambientais do comportamento humano é o que contrabalança, no behaviorismo radical, uma injustificada atenção à vida interior:

Um programa de behaviorismo metodológico só se tornou plausível quando se começou a fazer progresso na observação científica do comportamento, pois só então se tornou possível superar o poderoso efeito exercido pelo mentalismo no sentido de afastar a pesquisa da investigação do papel desempenhado pelo ambiente. As explicações mentalistas acalmam a curiosidade e paralisam a pesquisa. É tão fácil observar sentimentos e estados mentais, num momento e num lugar, que fazem parecer sejam elas as causas, que não nos sentimos inclinados a prosseguir na investigação. Uma vez, porém, que se começa a estudar o ambiente, sua importância não pode mais ser negada [...] O behaviorismo metodológico foi bem sucedido em relação a seus próprios objetivos. Descartou-se de muitos problemas suscitados pelo mentalismo, ficando livre para trabalhar em seus próprios projetos, sem digressões filosóficas (SKINNER 2006, p. 17)

Com isso, Skinner concentrou toda a pesquisa de psicologia na análise de como o comportamento pode ser modelado pelo ambiente em termos de reforço e condicionamento operante, em que o comportamento opera ou age sobre o ambiente, produzindo resultados previsíveis, capazes, enquanto tal, de modelar o comportamento, fortalecido que é por suas conseqüências, isto é, por seus reforços. Esta noção, subsumida na compreensão de Skinner quanto à possibilidade de manipulação do comportamento, pode ser traduzida nos seguintes termos:

Quando as variáveis descobertas numa análise experimental provam ser manipuláveis, podemos nos aventurar além da interpretação para o controle do comportamento. O controle prático já é lugar comum no laboratório operante, onde o comportamento é frequentemente manufaturado segundo especificações e mudado praticamente à vontade. A topografia é modelada e mantida; a freqüência de respostas, aumentada ou reduzida; os estímulos são postos sob controle; e constroem-se padrões complexos e seqüências de respostas (SKINNER 1973, I).

Daí que a significação transcendente da consciência de si como princípio de conhecimento e de ação tenha ficado completamente descartada em função de uma significação empírica da consciência de si, cuja pedra de toque consiste na idéia de que a ação dos estímulos e as contingências do reforço concorrem para a formulação de uma ciência do psíquico: “o reforço operante não apenas fortalece uma determinada resposta; coloca a resposta sob o controle do estímulo”. Em sintonia com a vocação prática e finalista de Watson, Skinner cria que a análise experimental do comportamento poderia promover a criação de programas de reforço, em que cada um seria capaz de produzir um específico padrão de comportamento, seja a serviço da educação, na psicoterapia, na economia ou mesmo na vida cotidiana. Tais programas, com efeito, dependem da idéia de que todas as ações humanas estão sujeitas às contingências do reforço e do controle de estímulos. Afinal, crê Skinner, a espécie humana, como as demais, é um produto da seleção natural. Cada um dos homens é um organismo complexo, um sistema vivo, o que faz do homem, enquanto tal, objeto de estudo da anatomia e da fisiologia. Ora, foram isolados como campos especiais de estudo a respiração, a digestão, a circulação e, também, o comportamento, que envolve o ambiente, ou melhor, a preparação para ambientes, de onde advêm os conceitos de condicionamento respondente ou reflexo e operante, e a noção de que todo comportamento é bem exemplificado em um tipo de causalidade. Daí que a análise de Skinner quanto ao modo como o homem soluciona problemas implica a compreensão do modo como os diferentes comportamentos de solução se efetivam nos mais diversos ambientes e, ademais, do modo como esses comportamentos foram reforçados no histórico de aprendizagem do indivíduo:

Há tempos atrás, pensava-se o meio ambiente como o simples lugar onde animais e homens viviam e se comportavam [...]. O ambiente era cenário imprescindível, que talvez favorecesse ou dificultasse o comportamento, mas não era o que determinava a sua ocorrência ou a sua forma [...]. À medida que os reflexos foram sendo descobertos e estudados, o termo adquiriu outras conotações, e seu uso foi ampliado quando Pavlov demonstrou de que maneira novos estímulos podiam ser condicionados. A descoberta dos tropismos veio apoiar, particularmente nos escritos de Jacques Loeb, o ponto de vista de que, de uma maneira ou de outra, o meio *forçava* o organismo a se comportar. Tais foram os antecedentes dos quais nasceu a psicologia do estímulo-resposta (*ib.*).

Sem dúvida, tal compreensão vai francamente de encontro à significação de espírito livre e criador, já que em tal noção está suposta a idéia de que, para todo comportamento, sempre podemos explicar o ato de vontade que lhe serve de origem. Afinal, “as condições que determinam a forma de probabilidade de um operante estão na história da pessoa” (Skinner 2006, p. 49). De fato, embora a proeminência das causas seja muito mais clara quando se está no nível do condicionamento reflexo, em que todos os atos são involuntários, o comportamento operante não é um comportamento sem causa, embora voluntário e dotado de uma causa mais difícil de

localizar. O exercício do livre-arbítrio, mostra Skinner, em tudo se vincula ao reforço positivo, que é a causa do sentimento de que se é livre por assim agir como gosta ou lhe agrada. De acordo com o subsumido na acepção de comportamento operante, o sentimento do livre-arbítrio, enquanto parte integrante de sentimentos e estados mentais humanos, é um produto colateral das contingências geradoras de reforço. O que ocorre, pois, é que a probabilidade do comportamento sempre depende do tipo e da frequência do reforço em situações semelhantes no passado. Daí o caráter equívoco da tese de que podemos aumentar o “grau de consciência de si”, já que, na verdade, aumentamos a probabilidade de responder aos fatos de determinada maneira, como um rato cuja velocidade ao correr pelo laboratório depende de ele saber se ainda há ou não comida na caixa terminal. Como a sensação ilusória de liberdade, a noção de busca da felicidade, proclamada desde a Grécia como o ato que unifica todos os homens, não é senão um sentimento subproduto do reforço operante: “as coisas que nos tornam felizes são as coisas que nos reforçam; todavia, são as próprias coisas, não o sentimento, que devem ser identificadas e usadas na previsão, controle e interpretação” (*ib.*, p. 63). A busca, que visa a um produto, no caso, atingir a felicidade, é apenas um comportamento que foi reforçado pela obtenção de algo. Daí que o comportamento se torna busca apenas após o reforço.

Para além da auto-identificação de grande parte dos psicólogos contemporâneos à escola behaviorista, também é fato de que poucos deixam de definir os conceitos psicológicos em termos comportamentais e, ainda que estejam dispostos a tratar de fenômenos não observáveis, grande parte da resolução de suas pesquisas limitam suas provas a fenômenos comportamentais. É o caso, por exemplo, da ‘resolução de problemas’, em que a compreensão gestaltista de *insight*, enquanto fenômeno interno e não observável, depende da compreensão comportamental e observável — expressa no conceito de reforço — da noção de soluções para os problemas:

O comportamento observado quando um homem resolve um problema caracteriza-se pelo fato de mudar uma outra parte do comportamento e ser reforçado quando isso ocorre. [...] O comportamento responsável pela mudança é adequadamente denominado resolução de problema, e a resposta que ele promove, solução. [...] Quando uma resposta ocorre e é reforçada, aumenta a probabilidade de sua nova ocorrência na presença de estímulos semelhantes (SKINNER 1973, IV).

Desde os estudos que W. Köhler realizou com chipanzés, a polêmica questão dos *insights* tem apenas alimentado a idéia de que há “processos mentais” na base da resolução de problemas. Neste compasso, Skinner (2006) afirma que o comportamento usualmente designado por *insight* se deve, neste caso, ao fato de os chipanzés aprenderem todas as habilidades necessárias para que uma resolução de problema seja possível. Por isso mesmo, “o surgimento de uma resposta” não se justifica a partir de noções tais como a de reflexão e raciocínio enquanto processos mentais: “uma pessoa tem um problema quando lhe falta uma resposta capaz de produzir alguma condição que será reforçadora. Ele solucionará o problema quando emitir tal resposta” (*ib.*, p. 98). Com efeito, a solução de problemas consiste em emitir determinada resposta cuja natureza está de acordo com as condições que regulam a emissão de qualquer outra resposta. Trata-se, pois, de uma explicação para a resolução de problemas que depende dos estímulos presentes no ambiente associados à história da pessoa, isto é, ao seu histórico de estímulos e esquema de reforço. Destarte, resolver um problema é mais que emitir uma resposta que lhe constitui solução; resolver um problema, “é uma questão de dar os passos necessários para tornar tal resposta mais provável, via de regra mudando de ambiente”. Independentemente de qualquer coisa, todavia, Skinner advoga que todos os aspectos do comportamento humano supõem inexoravelmente a existência de uma mente, que é, na verdade, um órgão que possibilita, ou seja, causa a ocorrência de todos os comportamentos humanos. A mente é o *locus* ou o órgão onde percebemos as coisas. Mas, contra a insuficiência de todos aqueles que conceberam a mente como um agente mediador do comportamento, Skinner lembra que a análise do comportamento depende da análise das contingências de reforço que abarcam o histórico de um indivíduo. Nesse mesmo sentido, mais importante que o conhecimento das áreas ativas do cérebro e dos

neurotransmissores que intervêm em algumas partes do organismo é o reconhecimento das relações que entre organismo e ambiente se estabelece, isto é, o histórico capaz de moldar as condutas a partir das contingências do reforço. Contra a defesa da introspecção, Skinner busca aquilo capaz de explicar integralmente a conduta dos organismos.

Skinner, todavia, não deixa de reconhecer que a fisiologia e a anatomia podem explicar como funcionam os eventos que ocorrem internamente. Desconsiderando a introspecção como método adequado para explorar o mundo interior, Skinner se apóia na crença de que até o momento não dispomos de condições adequadas de ingresso no âmbito interno, razão pela qual a análise do interior depende de tudo aquilo que podemos observar desse mundo, isto é, nosso comportamento por ocasião deste “contato” com o mundo interior. Mais que negar a possibilidade da auto-observação ou do autoconhecimento e sua utilidade, Skinner questiona a natureza daquilo que é sentido e observado, isto é, conhecido: “o mentalismo, ao fornecer uma aparente explicação alternativa, mantinha a atenção afastada dos acontecimentos externos antecedentes que poderiam explicar o comportamento” (*ib.*, p. 19). A posição do behaviorismo radical, pois, consiste em enunciar que o sentido ou introspectivamente observado não é o que se concebe como o mundo imaterial da consciência, da mente ou da vida mental, mas antes, é o próprio corpo do observador. Desse modo, a introspecção não configura uma espécie de pesquisa fisiológica e, ademais, o que é sentido ou introspectivamente observado não configura a causa do comportamento. Neste sentido, o modo como um organismo se comporta é devedor de sua estrutura atual, e grande parte desta estrutura atual está completamente fora do alcance do método introspectivo. Daí a razão pela qual o behaviorismo radical se contenta com a história genética e ambiental da pessoa, reservando à introspecção apenas os produtos colaterais desta história. O comportamento que observamos em um dado momento é a combinação de dois fatores, no caso, do ambiente que fornece a primeira grande contribuição durante a evolução das espécies e seu efeito na vida do indivíduo. Se possuímos alguma informação sobre uma destas contribuições, temos, portanto, elementos que nos auxiliam na previsão e controle do comportamento, isto é, na interpretação do comportamento humano em sua vida diária. Modificando estes elementos, o comportamento também é modificado:

Nosso conhecimento cada vez maior do controle exercido pelo meio ambiente torna possível examinar o efeito do mundo dentro da pele e a natureza do autoconhecimento. Possibilita também interpretar uma ampla gama de expressões mentalistas. Por exemplo, podemos considerar aqueles traços de comportamento que levaram as pessoas a falar de um ato de vontade, de um senso de propósito, da experiência como algo distinto da realidade, de idéias inatas ou adquiridas, de lembranças, de significados, do conhecimento pessoal do cientista, e de centenas de outras coisas e acontecimentos mentalistas. Alguns podem ser ‘traduzidos em comportamento’; outros, descartados como desnecessários ou sem sentido (*ib.*, p. 19).

Mais que se posicionar contra os defensores da utilidade prática acerca dos resultados do mundo interior via introspecção, Skinner ressalta que o conhecimento de si pelo menos oferece algumas pistas pontuais: (i) para compreender o comportamento passado e as condições que o afetaram; (ii) para compreender o comportamento atual e as condições que o afetam; (iii) para compreender as condições que se relacionam com o comportamento futuro. Sem embargo, “o mundo privado dentro da pele não é claramente observado ou conhecido” (2006). Desde suas origens gregas, mais precisamente desde que Platão descobriu a mente, crê Skinner, pouco progresso se fez quanto ao conhecimento da realidade da vida mental⁷. Quem empreendeu algum avanço neste sentido foi o behaviorismo, o qual, se aproveitando dos progressos da análise experimental do conhecimento, pôde analisar mais diretamente sob que condições as pessoas respondem ao mundo interior de suas peles. De acordo com Skinner, o homem, como todas as outras espécies, comportava-se sem saber que o fazia, até o momento em que surgiu uma comunidade verbal que fez perguntas sobre o comportamento, assim gerando o “comportamento

autodescritivo”. Se reside aí a justificativa para a defesa da origem meramente social do conhecimento de si, a defesa de sua utilidade para a própria pessoa se deve ao fato de que, sob perguntas, o indivíduo passa a preocupar-se consigo mesmo e a controlar-se, de modo a evitar o que a comunidade verbal deseja que se evite. É nesse último sentido que se diz que diferentes comunidades geram tipos e quantidades diferentes de autoconhecimento bem como distintas maneiras de explicar-se a si mesmos e aos outros. O fato, todavia, é que a evolução da história ambiental, crê Skinner, engendra questões práticas cuja utilidade se deve ao objeto, isto é, não sobre sentimentos e estados mentais, mas sobre o meio ambiente, ainda que:

A passagem de indícios introspectivos para indícios ambientais não garante que o autoconhecimento será preciso, entretanto. Nem sempre observamos as contingências às quais estamos expostos. Podemos manter registros do que ocorreu, como num diário, mas em geral nossa informação é superficial. Não estamos sempre atentos ao que ocorre quando agimos e, quando nos perguntam como nos comportaríamos em determinadas circunstâncias, fazemos conjecturas erradas, ainda que tenhamos enfrentado circunstâncias semelhantes no passado (*ib.*, p. 148).

Não há dúvida de que, para além das concepções filosóficas particulares que sustentaram o ideal de uma psicologia como ciência em Skinner, há sobretudo um sentido de continuidade em relação a seus precedentes quanto à tese de que a análise experimental do comportamento constituía, do ponto de vista prático, a esperança para o futuro bem-estar da espécie humana, de onde resulta a exclusão da introspecção em vista do soerguimento de uma ciência capaz de propiciar uma tecnologia do comportamento apropriada ao estabelecimento de uma cultura eficaz. O fato é que, para além das controvérsias existentes quanto aos rumos tomados pelo behaviorismo, o ideal de uma psicologia como ciência permanece consolidado. Em outras palavras, trata-se de uma progressiva e irreversível rejeição da introspecção sob o argumento de que a tentativa filosófica tradicional de se analisar as experiências da vida mediante a auto-observação não é sistemática, comportando, desse modo, uma significativa ausência de dados seguros de medições e ineficácia de resultados. Daí que a rejeição de pesquisas baseadas na introspecção carrega consigo a necessidade de exclusão da consciência enquanto objeto próprio da psicologia em prol da crença de que sua cientificidade depende da definição dos conceitos psicológicos, mesmo os processos interiores e não-observáveis, em termos comportamentais: “não estudaremos a natureza da alma, mas suas manifestações, não a essência da mente, mas as ações do homem [...]. O comportamento é portanto definido como um campo que pode ser analisado com sucesso, separado do mundo da mente” (Skinner 1973, VIII). Por isso mesmo, a consecução cabal dos propósitos de um novo modelo de psicologia, imerso, enquanto psicologia científica, entre as ciências naturais, restringe-se ao contexto de desprendimento — verificado mais precisamente nos séculos XIX e XX — da psicologia em relação aos domínios e limites da filosofia por intermédio da instituição de um novo método de pesquisa em relação aos problemas da relação mente-corpo e da possibilidade de um conhecimento de si mesmo.

Referências Bibliográficas:

- BERGSON, Henri (1988). *Ensaio sobre os Dados Imediatos da Consciência*. Tradução de João da Silva Gama. Lisboa: Edições 70.
- _____. (1999). *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Tradução de Paulo Neves. 2a. edição. São Paulo: Martins Fontes.
- BRITO, Raimundo de Farias (2003). *O Mundo Interior: Ensaio Sobre os Dados Gerais da Filosofia do Espírito*. Introdução de Luiz Alberto Cerqueira. 3a. edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- _____ (2006). *A Base Física do Espírito: História Sumária do Problema como preparação para o Estudo da Filosofia do Espírito*. Brasília: Senado Federal.
- BORING, Edwin (1950). "A History of Experimental Psychology". In: BORING, Edwin (org.) *A History of Experimental Psychology*. New Jersey: Prentice-Hall, pp.30-39.
- DESCARTES, René (1994). *Meditações Metafísicas*. Introdução de Gilles-Gaston Granger; Prefácio e Notas de Gérard Lebrun; Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 3a. edição. São Paulo: Bertrand Brasil.
- DUTRA, Luiz Henrique de Araújo (2004). "Behaviorismo, operacionalismo e a ciência do comportamento científico". In: *Philosophos* (09): pp. 179-206.
- _____ (2006). "Comportamento intencional e contextos sociais: uma abordagem nomológica". In: *Abstracta* (02): pp. 102-128.
- FERREIRA, Arthur Arruda Leal. *O lugar da psicofísica de Gustav Fechner na história da psicologia*. In: Memorandum, Volume 05, Outubro 2003 - <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos05/ferreira01.htm> (acesso em: 20/10/2006).
- GOMES, Amândio (2005). "Uma ciência do psiquismo é possível? A psicologia empírica de Kant e a possibilidade de uma ciência do psiquismo". In: *Revista do Departamento de Psicologia da UFF* (01): pp.103-111.
- GOODWIN, C. James (2005). *História da Psicologia Moderna*. Tradução de Marta Rosas. São Paulo: Cultrix.
- HEIDBREder, Edna (1980). *Psicologias do Século XX*. São Paulo: Mestre Jou.
- HUSSERL, Edmund (2001). *Psychologie phénomenologique*. Traduit par Phillippe Cabestan, Natalie Depraz et Antonino Mazzú. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- LASHLEY, K. S (1923). "The behavioristic interpretation of consciousness". In: *Psychological Bulletin* (30): pp. 329-353.
- MARX, Melvin H.; HILLIX, William A (1997). *Sistemas e Teorias em Psicologia*. Tradução de Álvaro Cabral. 14a. edição. São Paulo: Cultrix.
- PAVLOV, I (1928a). "The scientific investigation of the physical faculties or processes in the higher animals". In: *Science* (24): pp. 613-619.
- _____ (1928b). "Lectures on conditioned reflexes". In: *International Publication* (01): pp. 01-09.
- _____ (1960). *Conditioned reflexes: An investigation of the physiological activity of the cerebral cortex*. New York: Dover.
- PIAGET, Jean (1992). *Sagesse & illusions de la Philosophie*. Paris: PUF.
- SKINNER, B.F (2005). *Science and human behavior*. Cambridge: B.F. Skinner Foundation.
- _____. *About behaviorism*. In: <http://www.iupui.edu/~philosop/skinnerbehaviorism.pdf>. (acesso em: 12/04/2007).
- _____ (2006). *Sobre o Behaviorismo*. Tradução de Maria da Penha Villalobos. 10a. edição. São Paulo: Cultrix.
- _____ (1987). "Whatever happened to psychology as the science of behavior?" In: *American Psychologist* (42): pp. 780-786.
- _____ (1966). "What is the experimental analysis of behavior?" In: *Journal of the experimental analysis of behavior* (09): pp. 213-218.
- _____ (1973). *Contingências do Reforço*. Tradução de Rachel Moreno. São Paulo: Abril Cultural.
- SOUZA, C.B.A.; BARROS, R.S.; GALVÃO, O.F (2007). "Sobre la noción de pensamiento en B. F. Skinner". In: *Ciências & Cognição* (11): pp. 168-183.
- THORDINKE, Edward (2000). *Animal intelligence: experimental studies*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.
- TITCHENER, E.B (1921). "Brentano and Wundt: empirical and experimental psychology". In: *American Journal of Psychology* (32): pp. 108-120.
- WASHBURN, Margaret Floy (1922). "Introspection as an objective method". In: *Psychology Review* (29): pp. 81-112.

WATSON, John B (1913). "Psychology as the behaviorist views it". In: *Psychology Review* (20): pp.158-177.

WUNDT, W (1904). *Principles of Physiological Psychology*. Translated by E. B. Titchener. 5a. edition. New York: Macmillan.

_____ (1894). *Human and Animal Psychology*. Translated by E. B. Titchener. New York: Macmillan.

_____ (1900). *Compendio di psicologia*. Traduzione Luigi Agliardi. Torino: C. Clausen.

Notas

¹ Em seu *Conditioned Reflexes*, Pavlov define alguns objetivos específicos, dentre os quais: (i) desenvolver um método objetivo de investigação das atividades fisiológicas dos hemisférios cerebrais, de onde surge o conceito de reflexo; (ii) desenvolver técnicas metódicas para investigação objetiva das funções inerentes aos hemisférios cerebrais; (iii) entender a formação dos reflexos condicionados a partir de condicionamentos e estímulos diretos; (iv) compreender a inibição interna dos condicionamentos reflexos; (v) analisar e sintetizar a atividade do hemisfério cerebral; (vi) precisar a irradiação e concentração dos processos nervosos no córtex cerebral; (vii) compreender as funções do córtex e; enfim, (viii) aplicar os resultados experimentais obtidos com os animais no homem, já que, como Watson dirá adiante, não há linhas divisórias entre o homem e o animal.

² Sobre a significação de Wundt, diz Farias Brito: "Wundt não se limitou a receber o legado de seus predecessores germânicos. Procurou, pelo contrário, ligar aos resultados da escola experimental alemã os da escola associacionista inglesa, unindo as duas tradições numa síntese vasta e completa e abrangendo em suas cogitações a esfera toda inteira de nossa atividade psíquica [...]. Foi Wundt quem deu organização sistemática aos métodos experimentais em psicologia e é a ele que se deve o primeiro laboratório de experimentação psicológica que foi estabelecido. E não será exagero afirmar que a sorte da psicologia científica depende do êxito de sua obra. Ou Wundt tem razão e nesse caso a psicologia científica está definitivamente fundada; ou está iludido sobre a significação de sua obra e sobre o valor de seus métodos, e então com sua tentativa de solução dos problemas psíquicos pela fisiologia, vai por terra irremediavelmente todo esse trabalhoso edifício da psicologia científica" (Farias Brito 2006, VIII, §56).

³ Segundo Gomes (2005, p. 107), Wundt, "atendo-se apenas ao mental, àquilo que podia ser acessível em primeira pessoa, não consegue ir muito longe: os resultados das pesquisas experimentais realizadas segundo o método introspeccionista não garantiam nenhuma objetividade. Faltava o fundamental: estabelecer relações matemáticas entre os elementos ou estados mentais, internamente".

⁴ Segundo Lashley (1923, p. 239), "Consciência é comportamento. Consciência é o gesto verbal particular que temos de usar para ficarmos de pé. Falarei desta doutrina como behaviorismo estrito, ou simplesmente behaviorismo, já que o behaviorismo metodológico é a única forma de epifenomenalismo. Igualmente, o behaviorismo é denominado materialismo por muitos críticos recentes. Talvez seja assim, para todos, que os físicos modernos e psicólogos sejam materialistas, mas a palavra materialismo implica uma teoria ou realidade metafísica, enquanto estas ciências são, de acordo com seus tratamentos sistemáticos, totalmente fenomenológicas. O dualismo psicofísico e o epifenomenalismo implicam a teoria da ultimidade natural da mente e matéria, mas o behaviorismo tenta escapar disso e não se preocupa em ir além da descrição lógica e matemática da experiência, como é a apresentada pelas ciências físicas".

⁵ Sobre isso, Ferreira (2003) lembra que Watson, "seguindo os veios da substância extensa", e apoiando-se, para tanto, "na doutrina dos animais-máquina de Descartes e na garantia darwinista de que o homem é um animal, concluiria que o ser humano nada mais é do que uma soma de reflexos".

⁶ Posicionando-se criticamente em relação ao behaviorismo, Lashley (1923, p. 241) afirma que "a essência do behaviorismo é a crença de que o estudo do homem nada revela exceto o que é adequadamente descrito nos conceitos dos mecânicos e dos químicos", e está mais distante de ser importante a questão do método do modo como o estudo é conduzido [...]. Creio na possibilidade de se construir uma psicologia fisiológica que encontre o dualismo em seu próprio grau, aceite os dados para avançar e mostre que estes dados possam ser incorporados no sistema mecânico. Um behaviorista desenvolverá assim que será um substituto adequado para a velha psicologia. A explicação fisiológica do behaviorista também será uma completa e adequada explicação de todos os fenômenos da consciência. Será apenas metodológico na insistência que os conceitos das ciências físicas são os únicos que podem servir como base para a ciência, e na exigência que todos os dados psicológicos, entretanto obtidos, devem ser objetos da física ou da interpretação fisiológica.

⁷ Conforme Skinner (2006, pp. 31-32), “as teorias mentalistas estão sujeitas a mudanças da moda e, como na história da arquitetura ou do vestuário, basta esperar tempo suficiente para ressurgiu uma concepção pregressa. Tivemos revivescências aristotélicas e diz-se que agora estamos voltando a Platão. A psicologia moderna pode sustentar que foi muito além de Platão no que diz respeito ao controle dos ambientes de que as pessoas se dizem conscientes, mas ela não lhes melhorou muito o acesso à própria consciência porque não foi capaz de aperfeiçoar as contingências verbais em que os sentimentos e os estados mentais são descritos e conhecidos. Basta olhar meia dúzia de teorias mentalistas atuais para se ver quanta variedade ainda é possível”.